Sábado, 26 de Julho de 2025

Câmara Municipal de Cuiabá tem 5 dias para apresentar explicações sobre a CPI da Intervenção

INTIMADA

Redação RBMT

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Intervenção da Câmara Municipal de Cuiabá, o vereador Luis Cláudio (Progressistas) explicou que tem 5 dias para enviar esclarecimentos após intimação do desembargador Orlando Perri, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), para que prestasse informações sobre o pedido do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) pela suspensão da apuração. O presidente da Câmara, vereador Chico 2000 (PL) também foi intimado.

Em sessão da Câmara de Cuiabá desta quinta-feira (9) o vereador Dilemário Alencar (Podemos) disse que a Casa de Leis está passando vergonha e pediu o arquivamento da CPI após a notificação do desembargador.

O 1º Vice-Presidente, vereador Rodrigo Arruda e Sá (Cidadania) disse que a fala de Dilemário sobre a CPI é “politiqueira” e explicou que não ainda não houve determinação do desembargador sobre o pedido do MP.

O procurador-geral do Ministério Público de Mato Grosso (MPE), Deosdete Cruz, pediu a suspensão da CPI argumentando que a Câmara Municipal não tem competência para investigar atos do Estado.

Membro da base do prefeito Emanuel Pinheiro na Câmara, o vereador Luis Cláudio explicou que houve apenas uma intimação do desembargador pedindo informações sobre os trabalhos da CPI, e afirmou que “não é apresentando requerimento aqui e acolá que vamos encerrar”.

“Informar o vereador, que está um pouco desinformado, [...] ele fez uma notificação à Comissão para que a gente, num prazo de 5 dias, manifeste os trabalhos que ocorreram, que estão ocorrendo durante a CPI que apura os excessos cometidos pelo então Gabinete de Intervenção”.

Ele garantiu que irão apresentar defesa e crê que o desembargador Orlando Perri irá proferir decisão favorável, pois existem “inúmeros fatos que a gente quer apurar”. O parlamentar ainda justificou que a CPI foi suspensa por respeito ao pedido do MP, até que haja decisão sobre isso na Justiça.

Fonte: Gazeta Digital